



Transcrição Aula 7 - Panoramas Históricos sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT,
gravação de Vanessa Azambuja - parte 3

Olá pessoal, eu me chamo Vanessa Azambuja de Carvalho e hoje a gente vai para o terceiro e último vídeo dessa série que fala sobre o panorama histórico da política nacional de saúde integral da população LGBT. Hoje eu vou lembrar pra vocês que além da política existe outros programas e transversais pra implementação dela que destacam além do fato de que ela não começou em 2011 e sim ela tem uma história muito interessante também vai falar sobre essa transversalidade que a política tem que ter em todas as esferas de cuidado e atenção à saúde. Eu destaco aqui dois programas, podia falar de outros que vão começar essa conversa sobre proteção e direitos humanos pras pessoas LGBTs, mas a gente vai falar de dois que eu achei bem relevantes: o primeiro é como eu já falei na outra aula também é o "Brasil sem Homofobia". É um programa de 2004 implementado pela Secretaria de Direitos Humanos da presidência da república, esse programa, ele ficou conhecido com esse nome mas, o nome original dele é: O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais. A gente tá falando de quase quinze anos atrás, né, então a gente tem que dar um desconto para esse uso de siglas. Mas é um programa que ele vai ter a construção conjunta de oito ministérios e a participação da sociedade civil que ele vai propor mais de 38 ações e diretrizes que vão falar de tudo em relação a possibilidade do combate à discriminação e garantia de direitos e promoção de cidadania da população LGBT. Ele vai falar de ações relacionadas à segurança pública, relacionadas a trabalho, acesso à saúde, relacionada à casa, relacionada à garantia de direito nas esferas judiciais e nas esferas dos serviços do poder público. Então é um programa que ele foi muito inovador quando ele surgiu em 2004 e ele é um marco para todas as outras conversas que a gente tem sobre política pública e combate à discriminação e proteção da cidadania LGBT. Então a gente vai falar dele como o grande pontapé inicial dentro do contexto brasileiro que vai até fazer o Brasil ser uma vanguarda dentro desse cuidado de direitos humanos e população LGBT nas suas políticas públicas. O segundo que eu destaco aqui é o PNDH 3 - ele foi feito em 2010 e o nome dele é Programa Nacional de Direitos Humanos. Esse programa, ele também é construído com uma visão assim ampla, com uma visão de que era pra falar sobre todas as políticas públicas, ele queria pensar a humanização do SUS

(Sistema Único de Saúde), ele queria pensar o cuidado na assistência social, ele queria pensar os espaços de justiça, espaços de prisões por exemplo, então ele era uma indicativa ampla que teve e a gente destaca que no eixo três deste programa: “universalizar direitos em um contexto de desigualdades”, ele vai ter no seu objetivo estratégico cinco, e daí vai ter um espaço ali - a diretriz dez - que ela vai falar especificamente da população LGBT. Para vocês verem como ele é amplo, ele falava que o poder público tem que apoiar as leis de união civil ou casamento civil das pessoas do mesmo gênero. Ele dizia que a gente tem que pensar na adoção de casais do mesmo gênero, pra facilitar esse processo de adoção e ser identificado como família. Ele também vai falar de outras coisas relacionadas à garantia de direitos. Então ele vai centralizar, é mais uma orientação de como deve ser feita a garantia de direitos. Ele não vai falar só: "ah a pessoa LGBT ela tem que ter direito a uma vida livre pra sua orientação sexual ou sua identidade de gênero e ela tem que ser protegida e contra violências, violações de direitos humanos, tem que ser combatidas as violações de direitos humanos, ele não fica só nesse espaço teórico, ele vai dizer: "olha a gente tem que apoiar as leis que fazem essa garantia de direito, a gente tem que começar a pensar serviços de saúde que vão dar destaque específicos por exemplo, como ambulatórios da saúde da população LGBT, pensando a saúde integral. Ele também vai dizer, a gente tem que fazer uma catalogação de o que que tá acontecendo, como é que tá o censo populacional? No censo está se perguntando orientação sexual e identidade de gênero das pessoas? A gente tem que ter relatórios que falam sobre o avanço das políticas públicas, pra não ficar só no papel. Ele também fala de relatórios sobre violações dos direitos humanos, situações de violência . A gente já tem no nosso país relatórios que vão tipificar tipos de violência que acontecem com a população LGBT, relatórios que mostram números alarmantes, mas também números subnotificados, porque a gente sabe que acontece muito mais violência e discriminação em vários momentos da vida dessas pessoas que não estão dentro desses dados oficiais. Então ele vai dizer assim: a gente ter esses números, a gente vai poder ver: "bom, como é que são as características dessa população no nosso país e quais são os estados, quais são os municípios que a gente tem que implementar mais serviços. Ele vai comentar assim que pra luta contra violência da LGBTfobia a gente pode implementar centros de referência para acolhimento e questões de toda sorte, digamos assim, pras pessoas LGBT terem espaços a recorrer quando sofrem uma situação de violação de seus direitos humanos. Então esse é um plano bem amplo que a intenção dele é induzir qualquer tipo de trabalho e por que eu chamo a atenção pra ele? Quando vocês estão aí na ponta, nos serviços, ou quando a gente tá aqui dando aula, falando sobre isso em vários espaços acadêmicos, espaços de práticas de saúde, a gente tem que pensar que essa política de saúde integral, número 01: ela não foi feita há pouco tempo, ela tem uma longa caminhada dentro do nosso país. Número 02: ela é um esforço coletivo do controle social ou seja, um movimento social e organizações da sociedade civil lutaram bastante para construir essa política junto com o poder público e número 03: ela não é a única, como eu disse antes, isolada em um limbo, ela tem vários

outros programas e políticas que podem conversar com ela para fortalecer. Então, se o gestor aí que vocês trabalham, ah ele não quer saber da política de saúde da população LGBT, ele acha um tema que ele não vai acolher, bom então mostra o PNDH 3 para ele, vai falar de outras coisas e também disso. Mostra a política de saúde integral da saúde da mulher, vai estar lá também escrito. Então, a gente pode utilizar vários escritos de lei, vários locais pra começar essa conversação e implementar essas ações e diretrizes pra elas saírem do papel. Para fazerem parte do cotidiano do trabalho de todo o trabalhador da saúde, do cotidiano de trabalho de qualquer professor e operador do direito, de qualquer pessoa dentro do sistema único de assistência social, ou seja, fortalecer mesmo uma política e uma cultura contínua e permanente. Contínua e permanente é meio a mesma coisa mas, essa ideia de que em todos os espaços públicos e em todas as cidades, estados do Brasil a gente tem essa referência, essa bibliografia, essas indicações de como começar a trabalhar e continuar trabalhando pra promoção de cidadania das pessoas LGBT. Para combate à LGBTFOBIA e para um Brasil sem homofobia a gente amplia daí, sem LGBTfobia como um todo, respeitando a orientação sexual e identidade de gênero da pessoa, lembrando que é algo além dessa sigla pequeninha. LGBT é fala de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transsexuais e Travestis mas é muito mais que isso, é uma pluralidade de identificações que as pessoas têm em relação à sua afetividade, em relação à sua identidade sexual e identidade de gênero, não são só essas letras mas se a gente começa com esse pontapé que as políticas vão falando, centrando nessas letrinhas e depois abrindo esse guarda-chuva, a gente vai começar a se interessar mais sobre essas múltiplas vivências e pensar especificidades de saúde e pensar os efeitos do estigma da discriminação social. Que há uma vulnerabilidade social dentro dessa vivência de uma pessoa em relação à sua identidade de gênero ou a sua orientação sexual. É a ideia de que se a pessoa não é hétero exclusivamente ou ela não é cisgênero exclusivamente ela possa ser acolhida e ouvida para ela poder falar da vivência dela e os operadores do direito, os trabalhadores do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), do SUS, das escolas públicas de toda parte, respeitem essa vivência e procurem saber mais. Porque não é só dizer: "não, respeito, não tenho preconceito. É, de fato, trabalhar para implementar tanto essa política quanto esses outros programas dentro do cotidiano do trabalho. Fazer com que isso seja um norte, assim como saúde da mulher é um norte, então tem que pensar saúde da mulher trans, tem que pensar saúde da mulher lésbica ou bissexual, tem que ampliar essas possibilidades de cuidado. Pra isso que a gente tá fazendo esse curso. Bom, então aqui a gente finaliza essa série. Foi só uma introdução pra vocês verem um pouquinho desse panorama histórico esses assuntos que eu só pincelei vão continuar sendo conversados dentro do nosso curso. Eu vou agradecer novamente a atenção de vocês e eu espero vê-los de novo e uma boa continuidade aí dos estudos.